

IBGE

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

AGENTE CENSITÁRIO MUNICIPAL (ACM)
E SUPERVISOR (ACS)



APOSTILA
COMPLETA



MATERIAL PARA
DOWNLOAD



TEORIA E
QUESTÕES

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



IBGE

Agente Censitário Municipal (ACM) e Supervisor (ACS)

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	14
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	18
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	20
Emprego de tempos e modos verbais.....	21
Domínio da estrutura morfossintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	26
Emprego das classes de palavras.....	34
Emprego dos sinais de pontuação.....	46
Concordância verbal e nominal.....	50
Regência verbal e nominal.....	53
Emprego do sinal indicativo de crase.....	56
Colocação dos pronomes átonos.....	58
Reescrita de frases e parágrafos do texto.....	60
Significação das palavras.....	62
Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	64
Questões.....	65
Gabarito.....	78

SUMÁRIO

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

Estruturas lógicas	1
Lógica de argumentação	10
Diagramas lógicos	15
Aritmética.....	19
Leitura e interpretação de tabelas e gráficos	41
QUESTÕES.....	49
GABARITO	54

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Código de Ética do IBGE (disponível para download nos endereços eletrônicos https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98031.pdf e https://conhecimento.fgv.br/concursos/ibgepss21	1
Lei nº 8.112/1990 e suas alterações (art. 116, incisos I a IV, inciso V, alíneas a e c, incisos VI a XII e parágrafo único; art. 117, incisos I a VI e IX a XIX; art. 118 a art. 126; art. 127, incisos I a III; art. 132, incisos I a VII, e IX a XIII; art. 136 a art. 141; art. 142, incisos I, primeira parte, II e III, e §1º a §4º)	5
Questões	10
Gabarito.....	15

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO / SITUAÇÕES GERENCIAIS

Aspectos gerais da administração: Organizações como sistemas abertos	1
Funções administrativas: Planejamento, organização, direção e controle; Motivação, comunicação e liderança.....	7
Processo decisório e resolução de problemas.....	18
Noções básicas de gerência e gestão de organizações e de pessoas.....	21
Eficiência e funcionamento de grupos; O indivíduo na organização: papéis e interações; Trabalho em equipe; Equipes de trabalho.....	25
Responsabilidade, coordenação, autoridade, poder e delegação	34
Avaliação de desempenho	40
Compromisso com a qualidade nos serviços prestados	42
QUESTÕES.....	47
GABARITO	54

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS TÉCNICOS

Conhecimentos técnicos aplicados no Censo Demográfico 2022	1
QUESTÕES.....	15
GABARITO	20

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

▸ Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

▸ Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Ex.: "Hoje é segunda-feira" é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Ex.: "O céu é azul e não azul" é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: "Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F."

Exemplo: "Está chovendo ou não está chovendo" é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

▸ Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico.

São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: "Quando será a prova?"
- Frases exclamativas: "Que maravilhosos!"
- Frases imperativas: "Desligue a televisão."
- Frases sem sentido lógico: "Esta frase é falsa."

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: " $2 + 2 = 4$ "



CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO IBGE

CAPÍTULO I

SEÇÃO I DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a eficiência e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público do IBGE, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição do serviço público, como um todo, e, em especial, das pesquisas estatísticas e geocientíficas oficiais, cujas fontes de dados escolhidas devem contemplar a qualidade, a oportunidade, os custos e o ônus para os cidadãos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal. Por se integrar à condição de servidor do IBGE, o elemento ético da conduta abrange, além dos primados maiores, a adoção dos melhores princípios, métodos e práticas, de acordo com considerações estritamente profissionais, incluídos os princípios técnicos, científicos e a ética profissional.

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo. Para melhor exercício de sua função pública no IBGE, o servidor deve ter consciência da relevância das informações estatísticas e geocientíficas, a fim de atender ao direito à informação pública de modo imparcial e com igualdade de acesso. É imprescindível que o servidor do IBGE zele pela qualidade dos processos de produção das informações oficiais, adotando critérios de boas práticas tanto nas atividades finalísticas quanto nas atividades de apoio.

IV - A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar. Entretanto, os dados individuais de pessoas físicas ou jurídicas coletados pelo IBGE são estritamente confidenciais e exclusivamente utilizados para fins estatísticos. Ademais, leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatístico e cartográfico no Instituto devem ser de conhecimento público.



A administração pode ser compreendida como o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, humanos, materiais, financeiros e tecnológicos, com o objetivo de alcançar metas organizacionais de maneira eficiente e eficaz. Trata-se de uma atividade essencial em qualquer tipo de organização, independentemente de seu porte ou finalidade, pois está diretamente relacionada à coordenação de esforços coletivos.

Nesse sentido, a administração não se limita a um conjunto de técnicas, mas constitui um campo de conhecimento estruturado, com fundamentos teóricos e aplicações práticas. Sua atuação envolve tomada de decisão, alocação de recursos e adaptação constante às mudanças do ambiente.

▸ Evolução do pensamento administrativo até a abordagem sistêmica

Das teorias clássicas à complexidade organizacional

O pensamento administrativo evoluiu ao longo do tempo, acompanhando as transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Inicialmente, predominavam abordagens mecanicistas, como a Administração Científica e a Teoria Clássica, que enxergavam a organização como uma estrutura rígida, focada na eficiência interna.

Posteriormente, surgiram abordagens mais voltadas ao fator humano e às relações sociais, como a Teoria das Relações Humanas. No entanto, essas perspectivas ainda apresentavam limitações ao analisar as organizações de forma isolada. Foi nesse contexto que emergiu a abordagem sistêmica, propondo uma visão mais ampla, integrada e dinâmica das organizações.

▸ Conceito de sistema e seus elementos

Definição de sistema

Um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos interdependentes que interagem entre si com o objetivo de formar um todo organizado. Esses elementos não funcionam de maneira isolada, mas sim em constante interação, o que faz com que alterações em uma parte do sistema afetem o conjunto como um todo.

Elementos fundamentais de um sistema

Para compreender o funcionamento de um sistema, é importante identificar seus principais componentes. De forma didática, esses elementos podem ser apresentados da seguinte maneira:

- Entradas (inputs): recursos ou informações que ingressam no sistema
- Processamento (transformação): atividades que convertem as entradas em resultados
- Saídas (outputs): produtos, serviços ou resultados gerados pelo sistema
- Retroalimentação (feedback): informações sobre o desempenho do sistema
- Ambiente: contexto externo que influencia e é influenciado pelo sistema

Esses elementos permitem compreender como os sistemas operam de forma dinâmica e integrada, sendo essenciais para a análise organizacional.



IBGE – ESTUDO DOS CONHECIMENTOS TÉCNICOS TR-40

► Fundamentos Institucionais: Ibge E A Produção Do Conhecimento Estatístico

Finalidade do Material (TR-40)

O documento “Estudo dos Conhecimentos Técnicos – TR-40” constitui um instrumento técnico-normativo elaborado pelo IBGE com a finalidade de sistematizar, padronizar e transmitir o conjunto de conhecimentos conceituais e operacionais indispensáveis à participação no Processo Seletivo Simplificado do Censo Demográfico 2022. Sua estrutura está orientada para a consolidação de uma base comum de entendimento entre os candidatos, incorporando definições precisas, critérios metodológicos e diretrizes de execução que refletem a lógica institucional da operação censitária. Nesse sentido, o documento não apenas organiza conteúdos, mas estabelece um referencial técnico alinhado às exigências de qualidade, consistência e uniformidade necessárias à produção de dados estatísticos em escala nacional.

Ao organizar conceitos, procedimentos e rotinas de trabalho, o material atua como mecanismo de uniformização da prática de coleta, reduzindo ambiguidades interpretativas e assegurando consistência na aplicação dos instrumentos de pesquisa. Essa padronização é essencial em uma operação de grande escala, como o Censo, na qual múltiplos agentes atuam simultaneamente em diferentes contextos territoriais. Dessa forma, o TR-40 contribui diretamente para a integridade metodológica da pesquisa, ao garantir que os dados sejam coletados sob os mesmos parâmetros técnicos, independentemente da localidade.

Além disso, o documento exerce função formativa ao introduzir o candidato à lógica operacional do Censo, evidenciando a relação entre o domínio conceitual e a qualidade do resultado estatístico. A correta compreensão dos conteúdos apresentados impacta diretamente a precisão das informações registradas, uma vez que a coleta depende da aplicação rigorosa de definições e procedimentos previamente estabelecidos. Nesse sentido, o TR-40 não apenas orienta a atuação do recenseador, mas também atua como elemento estruturante da qualidade da informação produzida, assegurando confiabilidade, comparabilidade e validade estatística aos dados censitários.

Natureza Institucional do IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) configura-se como o órgão central responsável pela produção, coordenação e disseminação das informações estatísticas, geográficas e ambientais no Brasil. Sua atuação institucional está orientada à geração de dados oficiais que permitem a compreensão estruturada da realidade nacional, abrangendo dimensões territoriais, demográficas e socioeconômicas. Nesse sentido, o IBGE não apenas coleta informações, mas organiza e sistematiza o conhecimento sobre o país a partir de bases metodológicas padronizadas.

A produção dessas informações está fundamentada em procedimentos técnicos rigorosos, que asseguram a qualidade, a comparabilidade e a consistência dos dados ao longo do tempo e entre diferentes regiões. Essa padronização metodológica é essencial para que os resultados das pesquisas possam ser utilizados de forma confiável em análises estatísticas, permitindo a construção de séries históricas e o acompanhamento das transformações sociais e econômicas do país.

Do ponto de vista operacional, a atuação do IBGE se apoia em uma estrutura descentralizada, composta por unidades estaduais e uma ampla rede de agências de coleta distribuídas pelo território nacional. Essa capilaridade permite a realização de pesquisas de grande escala, como o Censo Demográfico, garantindo cobertura territorial abrangente e uniformidade na aplicação dos procedimentos, mesmo diante da diversidade geográfica e social existente no Brasil. Dessa forma, o IBGE desempenha um papel estruturante na consolidação de um sistema nacional de informações, no qual os dados produzidos servem como base para a formulação de



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

[QUERO MINHA APROVAÇÃO!](#)